MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 40 017

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. A verba mensal destinada a cada servente das secções de finanças de 1.ª classe referida no § 1.º do artigo 39.º do Decreto n.º 18 176, de 8 de Abril de 1930, é elevada para o dobro a partir de 1 de Janeiro de 1955.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Decreto n.º 40 018

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo.

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto dos Ministérios abaixo designados a mandarem satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos» inscrita nos respectivos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Ministério da Justiça

Assistência clínica prestada nos Hospitais Civis de Lisboa no ano de 1951 a um agente motorista da Polícia Judiciária	335\$00
---	---------

Ministério da Educação Nacional

Despesas realizadas pela Direcção do Distrito Escolar da Guarda nos anos de 1952 e 1953 com a aquisição de impressos e artigos de expediente . .	2.687\$00
	<u>3.022\$00</u>

Art. 2.º Fica igualmente autorizada a Colónia Penal Agrícola de Sintra a satisfazer, em conta da dotação de «Despesas de anos económicos findos» inscrita em orçamento suplementar elaborado para aplicação de receitas próprias, a quantia de 574.880\$80, referente a despesas realizadas com a aquisição de matérias-primas, combustíveis e ferramentas.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*

gues — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Decreto n.º 40 019

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto dos Ministérios abaixo designados a mandarem satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos» inscrita nos respectivos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Ministério das Finanças

Remunerações por serviços prestados no mês de Novembro de 1953 por um ajudante de telefonista-electricista do serviço telefónico do Ministério	420\$00
--	---------

Ministério da Educação Nacional

Abonos em dívida a um professor da Escola Industrial e Comercial Brotero, de Coimbra, referentes ao período de 1 de Julho de 1928 a 30 de Junho de 1929	3.132\$00	
Despesas com telefones efectuadas no ano de 1953 pelo Museu Machado de Castro, de Coimbra . .	2.033\$90	5.165\$90
		<u>5.585\$90</u>

Art. 2.º Ficam igualmente autorizados os Hospitais Civis de Lisboa a satisfazer, em conta da dotação de «Despesas de anos económicos findos» do seu actual orçamento privativo, a quantia de 6.883\$30, respeitante a indemnizações em dívida a um ajudante de cozinha e a um electricista assalariado dos mesmos Hospitais por acidentes ocorridos em serviço.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Decreto n.º 40 020

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É autorizada a Emissora Nacional de Radiodifusão a satisfazer, em conta da verba de «Despesas de anos económicos findos» inscrita no seu actual orçamento privativo, a quantia de 1:386.000\$ à Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, por conta das compensações que venham a ser fixadas, nos

termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 38 293, de 9 de Junho de 1951, pela utilização até ao ano de 1953, inclusive, das linhas de transmissão da rede do Estado.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém:

Paços do Governo de República, 31 de Dezembro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — Artur Aguedo de Oliveira — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

Casa da Moeda

Decreto-Lei n.º 40 021

Considerando que já foi lançada em circulação grande quantidade da nova moeda de 10\$, criada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 39 508, de 2 de Janeiro do corrente ano;

Considerando que pelo artigo 3.º do citado decreto-lei deixa de ter curso legal a partir de 31 do corrente mês a antiga moeda de 10\$;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. A troca das moedas de 10\$ com era anterior a 1954, excepto a moeda comemorativa da batalha de Ourique (1928), efectuar-se-á na sede do Banco de Portugal, sua filial e agências, tesourarias da Fazenda Pública e Casa da Moeda, contra notas do mesmo Banco ou moeda metálica, até 28 de Fevereiro de 1955.

§ único. Os diversos serviços que efectuarem a troca das citadas moedas deverão enviá-las, à medida que as forem trocando, para o Banco de Portugal, o qual por sua vez as irá transferindo para a Casa da Moeda até 31 de Março próximo futuro.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — Artur Aguedo de Oliveira — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos
e da Administração Interna

Decreto-Lei n.º 40 022

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criado um Consulado-Geral em Salisbúria, subordinado à Embaixada de Portugal em Lon-

dres, com a dotação, para despesas de residência, de 150.000\$.

§ único. É extinto o Consulado de 4.ª classe em Salisbúria, a partir do início da gerência do Consulado-Geral pelo funcionário de carreira que nele for provido.

Art. 2.º O Consulado-Geral em Madrid é transformado em consulado de 1.ª classe, com a dotação, para despesas de residência, de 120.000\$, aumentando-se o quadro consular com um lugar de cônsul de 1.ª classe no estrangeiro.

Art. 3.º É aumentado o quadro do pessoal privativo da Secretaria de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros com um lugar de segundo-oficial, um de arquivista, um de escriturário, cinco de dactilógrafo e dois de telefonista.

§ único. Os lugares de segundo-oficial, arquivista e escriturário previstos neste artigo podem ser preenchidos por concurso, a que serão admitidos os funcionários deste Ministério de categoria imediatamente inferior e os funcionários de outros serviços do Estado desta categoria ou categoria equivalente. Os lugares não preenchidos em resultado deste concurso sê-lo-ão por transferência ou promoção de funcionários destacados de outros serviços do Estado ou por contrato directo, mantendo a qualidade de serventuários vitalícios os que o forem já noutros quadros.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Dezembro de 1954. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — Artur Aguedo de Oliveira — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Portaria n.º 15 187

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, abonar no mês de Dezembro de 1954 às embaixadas e legações de Portugal abaixo designadas, pela verba do n.º 2) do artigo 30.º, capítulo 3.º, do orçamento em vigor, além das quantias constantes das Portarias n.ºs 14 748, 15 135 e 15 136, respectivamente de 10 de Fevereiro e de 27 de Novembro do ano corrente, as seguintes importâncias, para ocorrerem a despesas com o custeio das casas que são propriedade do Estado:

Embaixadas:	Escudos
Londres	8.000\$00
Madrid	8.000\$00
Paris	20.000\$00
Pretória	6.000\$00
Rio de Janeiro	4.000\$00
Vaticano	6.000\$00
Washington	8.000\$00

Legações:

Banguocoque	2.000\$00
Berna	12.838\$00
Bona	5.000\$00
Copenhaga	5.958\$00
Haia	5.000\$00